

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SETORIAL DE**
2 **PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, REALIZADA NO DIA DEZENOVE DE**
3 **AGOSTO, ÀS NOVE HORAS, NO ANFITEATRO DAS PRÓ-REITORIAS DA**
4 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.** Aos dezenove dias do mês de
5 agosto de dois mil e quinze, às nove horas, no Auditório das Pró-Reitorias da
6 Universidade Federal de Juiz Fora, reuniu-se o Conselho Setorial de Pós-Graduação e
7 Pesquisa (CSPP), regimentalmente convocado, sob a Presidência do Senhor Prof. Dr.
8 Lyderson Facio Viccini, Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação e com a
9 presença dos seguintes Conselheiros:

10 Juliana de Oliveira Fonseca, representante do Programa de Pós-Graduação em
11 Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados; Prof. Luiz Antônio S. Costa,
12 representante do Comitê Assessor de Pesquisa em Ciências Humanas; Prof.
13 Emerson José Sena da Silveira, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
14 Ciência da Religião; Amanda Oliva Pereira, representante do Programa de Pós-
15 Graduação em Educação; Debora Vieira, Coordenadora de Secretaria do
16 Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública; Prof^a.
17 Andréa Pereira Luizi Ponzó, Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
18 em Ecologia; Prof^a. Iluska Coutinho, representante do Programa de Pós-
19 Graduação em Comunicação; Prof. Roberto da Gama Alves, Coordenador do
20 Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas – Comportamento Animal;
21 Prof. Alexandre Mansur Barata, Coordenador do Programa de Pós-Graduação
22 em História; Prof. Antônio Márcio Rezende do Carmo, Coordenador do
23 Programa de Pós-Graduação em Clínica Odontológica; Denis Franco Silva,
24 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito e Inovação; Prof.^a
25 Maria Silvana Alves, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências
26 Farmacêuticas; Prof. Leonardo G. Fonseca, Vice Coordenador do Programa de
27 Pós-Graduação em Modelagem Computacional; Prof. Rafael Alves Bonfim de
28 Queiroz, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Modelagem
29 Computacional; Marcos Tanure Sanabio, Vice Coordenador do Programa de
30 Pós-Graduação em Gestão e Avaliação em Educação Pública; Prof. Ricardo da
31 Silva Freguglia, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia;
32 Sidney Willians S. Torres, representante dos Servidores Técnicos
33 Administrativos da UFJF; Márcia Souza, representante dos Servidores Técnicos
34 Administrativos da UFJF; Prof. Wilson de Souza Melo, representante do
35 Mestrado Profissional em Ensino de Física em Rede; Prof^a. Maria Teresa

36 Bustamante Teixeira, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde
37 Coletiva; Prof. Dmitri Cerboncini Fernandes, Coordenador do Programa de Pós-
38 Graduação em Ciências Sociais; Prof.^a Cássia de Castro Martins Ferreira,
39 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia; Prof. Fernando
40 Sato, Coordenador do Programa De Pós-Graduação em Física; Prof. Luís
41 Fernando Crocco Afonso, Coordenador do Mestrado Profissional em Rede em
42 Matemática – PROFMAT; Prof.^a Carina Berta Moljo, Coordenadora do
43 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social; Prof.^a Luciana Teixeira,
44 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística; Prof.^a Flavia
45 Cavaliere Machado, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Química;
46 Prof.^a Anna Maria de Oliveira Salimena, Coordenadora do programa de Pós-
47 Graduação em Enfermagem; Prof. Paulo Henrique Dias Menezes, Representante
48 do Comitê Assessor em Ciências Humanas; André de Lima Xandó,
49 representante dos Servidores Técnicos Administrativos da UFJF; Prof.^a Flaviana
50 Andrea Ribeiro, Coordenadora do Mestrado Acadêmico em Matemática; Prof.
51 Amarildo Melchiades da Silva, Coordenador do Mestrado em Profissional em
52 Educação Matemática, Prof.^a Maria Lucia Bueno Ramos, Coordenadora do
53 Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens; Prof.^a Neusa
54 Salim Miranda, Coordenadora do Mestrado Profissional em Rede em Letras e
55 Prof. Lyderson Facio Viccini, Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação.

56 O Presidente agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião informando que iniciava
57 seus trabalhos como Pró-reitor de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação da UFJF e
58 consequentemente assumindo a Presidência do CSPP. **I – Aprovação da ata da**
59 **reunião do CSPP realizada no dia onze de maio de 2015.** O Presidente colocou a Ata
60 da reunião deste Conselho ocorrida no dia onze de maio do corrente ano sob apreciação
61 da plenária, destacando sua impossibilidade de apresentar considerações acerca da
62 mesma uma vez que não estava vinculado ao CSPP naquele momento. Em seguida,
63 questionou os presentes acerca da necessidade de alteração ou ajustes. Neste momento,
64 o prof. Crocco solicitou alteração no registro de presença da Ata afirmando que a
65 presença pertinente ao Mestrado Profissional em Rede em Educação Matemática foi a
66 do prof. José Barbosa. Não havendo mais nenhuma solicitação de correção a Presidente
67 colocou a ata sob votação ocorrendo a aprovação por unanimidade mediante o ajuste
68 solicitado. **II – Comunicações:** O Pró-reitor iniciou as comunicações informando os
69 coordenadores de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PPGs) da UFJF que as
70 Guias de Recolhimento da União (GRU) atreladas aos recursos remanescentes da

71 FADEPE já tiveram as devidas unidades orçamentárias criadas, destacando que esse
72 procedimento foi escolhido pela Coordenadoria de Execução Financeira (COESF) da
73 UFJF visando um melhor controle dos recursos. Avançando, relatou à plenária que a
74 PROPLAG está finalizando a definição dos valores dos recursos do Apoio a Pós-
75 Graduação (APG) para dotação aos PPGs. Da mesma forma, informou que a definição
76 da cota de Bolsas de Iniciação Científica também está em fase final de deliberação,
77 destacando que haverá uma quantia específica de recursos já definida para divisão entre
78 as demandas de bolsas do segmento da graduação. Neste contexto, destacou que,
79 independente dos valores destinados às bolsas BIC, a intenção de implementação dessas
80 bolsas é a partir do mês de setembro, gerando um programa de onze meses para que o
81 mesmo não adentre o calendário do ano seguinte. Em seguida, O Presidente abordou a
82 situação de dotação do PROAP CAPES 2015, destacando que o trâmite não estava
83 fluindo de modo simples. Assim, explicou que havia uma previsão de dotação de 25%
84 (vinte e cinco por cento) do valor do que foi projetado na proposta institucional da
85 UFJF, devido ao corte orçamentário apontado pelo Governo Federal. Entretanto,
86 destacou que não foi o ocorrido, uma vez que o repasse foi de R\$ 437.377,50
87 (quatrocentos e trinta e sete mil trezentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos),
88 caracterizando um corte maior que o previsto. Dessa forma, explicou que o corte
89 abarcou o montante geral do recurso previsto, a saber: a previsão do PROAP e taxa de
90 Bancada CAPES. Diante do exposto, relatou aos Conselheiros a dificuldade que a
91 PROPG PI encontraria para realizar a distribuição desses valores, uma vez que o corte
92 gerou uma gama de valores muito pequenos em determinadas rubricas ocasionado
93 dificuldades para reparti-los entre todos os PPGs que manifestaram demanda de recurso
94 em tais rubricas. Neste sentido, também relatou outra dificuldade no mesmo processo de
95 distribuição dos recursos gerado pela diferente estruturação entre as rubricas
96 orçamentárias dispostas pela CAPES em sua planilha de concessão e as rubricas tratadas
97 na dotação orçamentária na UFJF. Por fim, informou que a PROPG PI está engajada na
98 resolução destas dificuldades e informou que também já apresentou questionamento à
99 CAPES quanto dotação menor que o previsto, relatando onde o mesmo ocorreu,
100 aguardando a resposta oficial. Em continuidade, o prof. Alexandre Barata citou a
101 diferenciação que ocorre entre os PPGs da Instituição, exemplificando com aqueles que
102 não estão no Programa POS DOC, destacando que tal fato gera muitos problemas. Em
103 resposta, o Presidente concordou com a colocação do professor. Neste sentido, destacou
104 que o recurso pode ser usado no PROAP e deixar de lado o PNPd, que é caracterizado
105 para custeio. Assim, ressaltou que está é uma decisão que a pós-graduação da UFJF terá

106 que deliberar. Dessa forma, destacou que nesta ocorrência seria a primeira vez que a
107 taxa de bancada do PNDP se destinaria aos PPGs. Por fim, ressaltou que tal recurso, em
108 um primeiro momento de concessão, iria diretamente para a gestão do coordenador de
109 PPG, entretanto, agora a CAPES realizará a transferência do valor para as instituições,
110 juntamente com o PROAP, que devem realizar suas redistribuições. Neste momento, o
111 Presidente apresentou aos Conselheiros a intenção de formar uma comissão, retirada
112 deste Conselho, para apoiar a PROPG PI na análise de distribuição dos valores do
113 PROAP 2015, em virtude do curto prazo para uso do recurso em vistas do calendário
114 financeiro da UFJF que se aproxima do fim, e por se tratar de decisão coletiva.
115 Avançando nas comunicações, o Pró-reitor relatou sobre a Pré-Comissão de Bio
116 Segurança da UFJF, oriunda de encaminhamento deste Conselho. Assim, citou a
117 formação da mesma com o apontamento de seus membros. Relatou que foi realizado um
118 estudo minucioso sobre os manuais, legislações e regulações pertinentes. Informou que
119 os trabalhos da pré-comissão se encerram e que foi seguido de uma solicitação formal às
120 unidades mais próximas à pauta a indicação de membros para a comissão oficial. Dessa
121 forma, após o envio dos nomes, destacou que a pré-comissão foi extinta e empossada a
122 comissão oficial. Por fim, citou os nomes e suas representações, e destacou que o foco
123 se deu na constituição de uma comissão objetiva e não muito grande em sua
124 composição, ressaltando o atendimento à demanda das questões de segurança nos
125 laboratórios. Encerrando as comunicações, o Presidente informou que a Técnica
126 Administrativa (TA) da PROPG PI, Gabriela, encerrou o processo de mapeamento das
127 bolsas sob coordenação da PROPG PI. Dessa forma, o Pró-reitor pediu aos
128 coordenadores de PPGs para manterem as concessões de bolsas do jeito que estão, com
129 ressalva a casos de urgência que devem ser encaminhados à PROPG PI, destacando que
130 em breve esta pauta retornará ao Fórum de Coordenadores de Pós-graduação, Pesquisa e
131 Inovação para apresentação do quadro atual e continuidade das discussões. Não havendo
132 mais comunicações o Presidente passou à ordem do dia. Neste momento, o Pró-Reitor
133 solicitou à plenária inclusão de item de pauta, a saber: apreciação de processos de
134 criação/reoferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Para tanto, justificou que a
135 não inclusão deste item na pauta se deu em virtude da alocação dos processos na
136 CDARA para andamento dos trâmites; homologação de estágios pós-doutoral; e
137 indicação de representante da área Letras/Humanas/Linguística CSPP no CONSU UFJF.
138 Não sendo apresentada nenhuma objeção a inclusão dos itens foi referendada pela
139 plenária. **III – Ordem do Dia: 1. Homologação de Defesas de Dissertações de**
140 **Mestrado e Teses de Doutorado:** O Presidente iniciou este item da pauta informando

141 que a homologação seria tratada em bloco, como é comum à estas demandas, mas que
142 passaria a palavra para o prof. Crocco em vistas de esclarecimentos à plenária. Dessa
143 forma, o professor relatou aos conselheiro que o processo 23071.003679/2015-45,
144 referente a homologação da defesa de dissertação no Mestrado Profissional em Rede em
145 Matemática tem a ressalva da matrícula do discente no Programa estar garantida por
146 força de decisão judicial em primeira instância, com a continuidade dos trâmites
147 processuais na atualidade em recurso por parte da UFJF em segunda instância. Dessa
148 forma, destacou que em consulta à Procuradoria Federal da UFJF foi orientado a
149 providenciar a informação de tal situação no diploma a ser concedido ao discente. Por
150 fim, destacou que a informação é apenas para conhecimento e registro desta nesta
151 plenária. Em seguida, não havendo mais apontamentos o Presidente colocou as lista de
152 homologações sob votação do Conselho ocorrendo a aprovação por unanimidade. **2.**
153 **Abertura de Mestrado Profissional: Prof. Inovação Tecnológica.** A Presidente
154 relatou à plenária que a proposta de criação de Mestrado Profissional em Inovação
155 tecnológica foi apresentada no ano anterior, no pró-reitorado do prof. Fernando
156 Monteiro Aarestrup. Neste sentido, destacou que o processo foi reapresentado em trinta
157 de abril do corrente ano à PROPG. Diante do fato, pediu à plenária que deliberasse
158 acerca do trâmite do processo para que a decisão quanto ao encaminhamento do mesmo
159 se apresentasse por meio da instância do CSPP. Neste contexto, a Presidente convidou o
160 prof. José Paulo para apresentar seu relato quanto ao processo em análise e esclarecer
161 possíveis dúvidas. Neste sentido, o professor relatou que o processo foi criado e
162 submetido à PROPG no ano de 2014, destacando o foco no segmento de Inovação e
163 Tecnologia e em parcerias com empresas de micro e grande porte para custeio das
164 bolsas do programa. Informou que a PROPG deliberou pelo encaminhamento à CAPES,
165 o que foi realizado em dezembro de 2014. Posteriormente, foi informado pela Agência
166 que o processo estava em diligência, assim, sendo necessário aguardar a resposta oficial
167 da CAPES para apresentar recurso, se necessário. Em seguida, relatou que a Agência
168 agendou e realizou a diligência no dia trinta de abril deste ano, gerando o apontamento
169 de alguns problemas que deveriam ser resolvidos, como corpo docente não pertinente a
170 área de inovação tecnológica e disciplinas deste segmento, porém, com destaque para a
171 qualificação do mesmo. Neste contexto, informou que houve a reprovação da proposta
172 por parte da CAPES, mas com a consideração de segmento da proposta em caso de
173 resolução dos problemas aferidos. Avançando, destacou que a demora da CAPES em
174 responder e se mobilizar para a diligência gerou a perda de prazo para o
175 reencaminhamento da proposta na UFJF. Também relatou que informou a Agência que

176 perderia o prazo da UFJF devido a demora, sendo informado que bastaria relatar à UFJF
177 que se trataria de uma demanda por ajuste único, explicitando a especificidade da
178 situação. Assim, destacou que trouxe o processo ao CSPP para a presente análise e
179 reencaminhamento à CAPES. Terminada a explanação do professor, a Presidente abriu
180 o momento para considerações e dúvidas dos Conselheiros. Neste momento, a prof^a.
181 Flávia Machado perguntou ao prof. José Paulo se já havia sido realizado o ajuste pedido
182 pela CAPES no corpo docente. Em resposta, o professor atestou que conseguiu,
183 mediante a nova proposta para o ano de 2015, a adequação solicitada. Também destacou
184 que a CAPES solicitou que todos os docentes fossem exclusivos, entretanto, ressaltou
185 que isto não era possível e que a CAPES atestara que tal fator não era item de
186 reprovação da proposta, apenas uma indicação. Em seguida, a prof^a. Carina Moljo
187 lembrou a plenária que a aprovação dessa proposta em 2014 foi por meio de deliberação
188 *ad referendum* do Presidente do CSPP à época, tendo em vista que não houve quórum
189 na reunião agendada para tratar a pauta. Também relatou que essas modalidades de
190 mestrados profissionais, apesar de relatarem financiamento e apoio de empresas
191 privadas, acabam por demandar recursos institucionais para manter suas atividades. Em
192 continuidade, a prof^a. Silvana Alves corroborou com o relato da professora e citou os
193 problemas aferidos na proposta à época e a ausência de departamento de vinculação à
194 mesma. Também relatou que os ajustes foram solicitados na reunião, mesmo com a
195 ausência de quórum regulamentar, e que o processo não retornou mais a esta plenária.
196 Por fim, pediu relato ao professor responsável acerca dos trâmites que sucederam a
197 reunião citada. Respondendo, o prof. José Paulo informou que a vinculação da proposta
198 a departamento específico não foi realizada, mas sim com o Núcleo de Ensino à
199 Distância, uma vez que boa parte das disciplinas ofertada são à distância. Porém,
200 destacou que em conversa com os docentes que compõem a proposta abriu-se a
201 possibilidade de vinculação com qualquer dos departamentos aos quais os mesmos estão
202 atrelados. Entretanto, destacou que essa demanda não foi pauta de apontamento por
203 parte da CAPES em nenhuma das etapas avaliativas. Assim, destacou que a única pauta
204 da diligência que não será atendida é a exclusividade do corpo docente ao programa que
205 será criado, ficando o quadro com 50% de docentes exclusivos, porém, reiterando que
206 este fato não é precedente de reprovação da proposta. No momento seguinte, o prof.
207 Lyderson apresentou sugestão de encaminhamento, tendo em vista sua concepção de
208 duas correntes em pauta para o assunto, uma questão acadêmica e outra interna. Assim,
209 relatou que a pauta acadêmica é pertinente à CAPES e já foi atendida, já a outra é
210 interna e regulamentar, precisando ser resolvida. Dessa forma, sugeriu a formação de

211 uma comissão de dois ou três membros para analisar os ajustes e sua adequação. Neste
212 momento, a Presidente perguntou ao professor responsável acerca da relação da
213 proposta com o CRITT da UFJF, uma vez que se trata de mestrado profissional em
214 inovação tecnológica. Respondendo, o prof. José Paulo relatou que a interação se faz
215 por meio das empresas, através dos registros de patentes e inovação tecnológica.
216 Também destacou que se houver corpo docente com perfil e disponibilidade poderá ser
217 proposta uma contribuição acadêmica. Contribuindo, a prof^a. Nádia Rezende,
218 responsável pelo CRITT UFJF, destacou que no presente momento esse corpo docente
219 não existe no CRITT. Em seguida, a Presidente agradeceu a presença do prof. José
220 Paulo e por seus esclarecimentos e despediu-o, relatando que comunicará em breve a
221 deliberação da plenária acerca da proposta em análise. **3. Apreciação e homologação**
222 **do Processo 23071.017441/2012-54, Revalidação de Diploma de Mestrado expedido**
223 **por Instituição estrangeira em Educação Física.** A Presidente apresentou aos
224 conselheiros o processo 23071.017441/2012-54, que trata da solicitação de revalidação
225 de diploma de Mestrado em Educação Física, tendo como interessado Carlos Vagner
226 Nascimento Alves, atestando a adequação do processo à Resolução 05/2009 do
227 Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa, que regulamenta tal modalidade de
228 trâmite na UFJF, e o deferimento da Banca de Defesa estruturada para análise no PPG
229 Educação Física da UFJF, com o devido deferimento da coordenação do curso. Dessa
230 forma, a Pró-Reitora colocou o processo em pauta sob votação, não ocorrendo
231 considerações por parte dos conselheiros, houve a aprovação por unanimidade da
232 homologação da revalidação. Avançando para o item seguinte da pauta, a Pró-Reitora
233 explicou aos conselheiros que o CSPP já havia deliberado sobre o item, que se
234 apresentaria como quarto na pauta desta reunião, denominado “Apreciação e deliberação
235 acerca da alteração de nome do curso de aperfeiçoamento em Atividades Físicas para
236 Pessoas com Deficiência”. Dessa forma, após a justificativa, retirou o item da pauta do
237 dia. **4. Apreciação e deliberação acerca de alteração de nome do curso de mestrado**
238 **em Economia Aplicada.** A Presidente registrou o pedido formal do Coordenador do
239 Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada acerca de alteração neste nome,
240 passando o curso a ser chamado Programa de Pós-graduação em Economia. Em seguida,
241 passou a palavra para o coordenador do referido curso para que o mesmo justificasse seu
242 pleito. Neste momento, o Prof. Ricardo Freguglia, Coordenador do curso em questão,
243 justificou o pedido atestando que o nome anterior foi criado concebendo apenas a
244 modalidade de mestrado, ofertada na época. Entretanto, ressaltou que com a abertura da
245 modalidade de doutorado no Programa a delimitação do nome em Economia Aplicada

246 não atendia a delimitação do doutorado. Assim, informou que o colegiado do PPG
247 decidiu pela troca de nomes visando o abarque das linhas de trabalho nas duas
248 modalidades. Após esta explanação, a Presidente colocou a alteração de nome sob
249 apreciação da plenária. Não havendo questionamentos, a Presidente realizou a votação
250 da homologação da alteração de nome, ocorrendo a aprovação por unanimidade. **6.**
251 **Processo 23071.020780/2014-80 – Recurso de decisão de desligamento do curso de**
252 **Gestão e Avaliação da educação Pública.** Abordando este ponto de pauta, a Prof^a.
253 Maria Cristina relatou que já tratou do presente processo anteriormente no CSPP.
254 Lembrou que naquela oportunidade o Coordenador do Programa de Pós-graduação em
255 Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) não pôde se manifestar. Assim, passou
256 a palavra para o Prof. Marcos Tanure Sanábio, Vice Coordenador do PPGP. O referido
257 professor informou que a discente Ises Maria Gomes Cintra está matriculada na segunda
258 turma de 2011 do PPGP. Relatou que a docente realizou a qualificação no Programa
259 com trinta meses, sob autorização específica do Colegiado. Neste período, o
260 coordenador informou que a discente foi reprovada por três vezes em uma das
261 disciplinas do curso, chamada “Temas da Reforma da Educação”. Assim, relatou que a
262 defesa da dissertação da aluna deveria ocorrer até o período máximo de julho de 2014.
263 Neste sentido, afirmou que a discente não atendeu ao prazo estabelecido, forçando o
264 desligamento da mesma do Programa. Neste contexto, citou as justificativas da aluna,
265 embasadas em caso de doença na família, porém, atestou que não houve o pedido de
266 afastamento formal. Avançando, relatou o pedido de reoferta da disciplina, na qual a
267 discente foi reprovada, e o posterior agendamento da defesa por parte da aluna.
268 Entretanto, o PPG já havia formalizado processo de desligamento. Neste contexto,
269 explicou que a discente impetrou recurso por meio deste Conselho, o qual levou o
270 processo à Procuradoria Federal da UFJF. Por esse motivo, o professor explicou sua não
271 manifestação até o presente momento, aguardando posicionamento jurídico da
272 Procuradoria. Dessa forma, destacou que a Procuradoria da UFJF sugeriu a reoferta da
273 disciplina, não como ato obrigatório, mas como meio para solução do impasse.
274 Entretanto, explicou à plenária que a disciplina é ofertada anualmente, fato que
275 demandaria mais tempo para a defesa de dissertação da docente, e ainda citou o fato das
276 três reprovações na disciplina citada, o que possibilita o desligamento direto da aluna
277 segundo o regimento da pós-graduação da UFJF. Terminada as colocações do professor,
278 a Presidente abriu o momento para debate. Neste momento, o Prof. Denis Franco
279 perguntou ao Coordenador do PPGP se a disciplina que deveria ser ofertada à discente
280 havia sido disponibilizada enquanto a aluna estava presente no curso. Respondendo, o

281 coordenador relatou que sim, inclusive atestando a reprovação da discente em três
282 oportunidades. Em continuidade, o Prof. Dmitri Cerboncini questionou ao coordenador
283 se o regimento de seu Programa não previa o desligamento em caso de duas
284 reprovações, como a da maioria dos PPGs da UFJF, embasados no regimento geral. Em
285 resposta, o Prof. Marcos Tanure afirmou que sim, mas ressaltou que aluna se
286 enquadrava em situação excepcional por se tratar da primeira turma e ainda existir uma
287 taxa de tolerância. Em continuidade, a Presidente informou à plenária que o parecer da
288 Procuradoria Federal da UFJF exclui aspectos técnicos, como o regimento geral da pós-
289 graduação, o posicionamento do PPGP e o entendimento deste Conselho, abraçando
290 apenas a possibilidade de atendimento do pedido da discente. Assim, destacou que no
291 presente momento o Conselho dispõe de todas as informações para deliberar.
292 Corroborando, o Prof. Denis Franco destacou que a Procuradoria da UFJF atestou a
293 possibilidade de atender a demanda da aluna, de deferir tal pedido, e não apresentou a
294 possibilidade como definitiva. Assim ressaltou que também é possível indeferir
295 mediante as questões envolvidas. Avançando, o Prof. Roberto Gama perguntou se a
296 Procuradoria teve acesso às justificativas do PPGP. Em resposta, a Presidente afirmou
297 que a Procuradoria não teve acesso às justificativas e nem as informações tratadas neste
298 Conselho. Neste contexto, pediu aos conselheiros encaminhamento sobre a pauta. Neste
299 momento, os professores Antônio Márcio e Iluska Coutinho atestaram a possibilidade
300 de decisão no momento, mediante a autonomia deste Conselho, corroborados pela Prof.
301 Marcos Tanure que pediu votação acerca do atendimento ou não do pedido da discente.
302 Mediante a colocação dos professores e aceite da plenária a Presidente colocou a
303 solicitação de recurso pelo processo em pauta sob votação. Dessa forma, venceu a
304 decisão pelo não atendimento ao recurso, efetivando o desligamento da aluna, por
305 unanimidade. **IV – Assuntos Gerais:** Neste momento, a Pró-Reitora informou aos
306 conselheiros acerca do andamento das compras do Edital Pró-Equipamentos CAPES
307 2014, atestando que a PROPG realizou levantamento detalhado dos itens solicitados
308 pelos PPGS por meio deste Edital. Assim, realizou a leitura do relatório, que apresenta a
309 situação de execução de cada item, explicando que a UFJF fez ajustes financeiros com o
310 recurso pertinente ao mesmo e agora aguarda a chegada do orçamento anual de 2015
311 para finalizar os procedimentos de compra, uma vez que os repasses fracionados apenas
312 disponibilizam a opção de custeio. No momento seguinte, a Prof^a. Luciana Teixeira
313 sugeriu que na próxima reunião deste Conselho um dos pontos de pautas abordasse o
314 tema da regulamentação de estágio docência na UFJF. Neste contexto, relatou para a
315 plenária que tal regulamentação foi aprovada em uma reunião deste Conselho no pró-

316 reitorado do Prof. Fernando Monteiro Aarestrup. Ainda destacou que a Portaria
317 estabelecida pela regulamentação naquele encontro fere a Portaria reguladora da
318 CAPES. Assim, destacou a necessidade de rever as normas vigentes. Continuando,
319 também propôs alteração da delimitação de tempo de permanência de coordenadores de
320 PPGs nos cargos, demarcado pelo período máximo de três anos, sugerindo a nova
321 delimitação em quatro anos, justificada pelo novo período de avaliação da CAPES que
322 ocorre agora durante o mesmo período. Em seguida, o Prof. Wilson alertou o Conselho
323 que a reunião desta plenária citada pela professora não teve como finalidade a regulação
324 do estágio docência na Instituição, mas sim uma regulamentação para as atividades dos
325 Bolsistas REUNI CAPES que se tornaram em Demanda Social. Assim, destacou que os
326 PPGs, por meio de seus coordenadores, apresentaram suas necessidades naquele
327 encontro embasando a normatização para atendimento das mesmas. Por fim, atestou que
328 uma mudança nesta regulação poderá ocasionar grandes problemas em todos os PPGs
329 do Instituto de Ciências Exatas. Diante do exposto, a Presidente pediu a Prof^a. Luciana e
330 ao Prof. Wilson que remetessem a seu gabinete toda documentação pertinente à
331 regulamentação para que se possa estruturar uma discussão para a próxima reunião deste
332 Conselho. Corroborando, o Prof. Dmitri Cerboncini lembrou que a denominação correta
333 era “prática docente”, em vistas da regulamentação das atividades dos bolsistas REUNI
334 que se tornariam Demanda Social CAPES. Por fim, apresentadas as considerações
335 finais, a Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. Para
336 constar, foi lavrada a presente ata, que transcrevo, dato e assino.

337

338

Juiz de Fora, 19 de agosto de 2015.

339

340

341

Prof. Dr. Lyderson Facio Viccini

342

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação/Presidente do CSPP

343

344

345

Tonny Aparecido Vidal Barra de Souza

346

Secretário do CSPP

347

Aprovada na reunião do dia 21/09/2015.